



## Geopolítica em evidência

Augusto Sales (\*)

*Se fulano de tal se tornar presidente, qual será o direcionamento dele em relação à abertura de mercado?*

Faltando poucos meses para as eleições no Brasil, a indefinição com relação aos nomes dos candidatos, o fenômeno da polarização e o ânimo exaltado dos brasileiros com relação ao tema indicam que será uma das disputas mais curiosas das últimas décadas. Se um candidato de direita, de esquerda ou de centro-direita for eleito, qual será o cenário?

Questões essas eram analisadas superficialmente por investidores que têm a intenção de entrar ou expandir seus negócios no país, mas que agora têm um lugar de destaque no rol de preocupações, numa escala quase que prioritária. É o desafio em fazer negócios em um mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo em termos geopolíticos.

Nesse aspecto, questões tradicionais como identificação de concorrência, do público alvo e taxa de retorno agora passam a dividir as atenções com a geopolítica que passou a ser fator que requer cautela nas estratégias empresariais do investidor estrangeiro que quer entrar no Brasil, daquele que está aqui e quer fazer expansão pelo país e do empresário brasileiro que pensa em internacionalizar seus negócios.

Não só no Brasil, mas ao redor do mundo, organizações bem-sucedidas estão colocando as questões sociodemográficas e geopolíticas no centro de uma ampla estratégia empresarial. O ambiente político e social é hoje uma das maiores preocupações dos investidores, e esclarecê-las permite que respondam melhor às ameaças e também para a identificação de oportunidades.

Como sabemos, pilares de uma estratégia e dos planos de negócios que apoiam as decisões de investimento - tamanho da oportunidade, mercado, ambiente competitivo, regulação, taxas de juros, alíquotas de impostos, tarifas etc. - podem sofrer alterações significativas dependendo do viés político de quem administra um país ou ente federativo. Trump, Brexit, Impeachment? Elevação de taxas de importação, tratados bilaterais, guerra-fria? O investidor informado tem aprendido que economia, mercado e política estão cada vez mais interdependentes.

Os líderes empresariais

globais estão mais atentos aos resultados, positivos, neutros ou negativos, advindos de um ambiente geopolítico global relativamente volátil, de baixa previsibilidade e cujos impactos podem atravessar as fronteiras de vários países. Impactos podem ser difíceis de prever sem um monitoramento cuidadoso e com uso de cenários. O tempo de reação é limitado. Os riscos negativos podem muitas vezes ser obscuros demais para se proteger deles de forma adequada.

Além disso, as oportunidades oriundas de mudanças políticas podem ser exploradas pelos concorrentes antes que se compreenda o que está ocorrendo. Passa pelos questionamentos dos investidores uma abordagem que envolva os modelos tanto de negócio como o operacional. Dessa forma, busca-se saber, entre outras coisas, se os atuais pressupostos de planejamento empresarial poderiam ser prejudicados pela geopolítica; e de que forma a ordem política global em constante mudança influenciará suas operações em particular.

Eles questionam ainda o que precisam fazer se as previsões de seus planos de negócio forem submetidas a testes de stress com relação às rupturas geopolíticas e o que significa uma maior incerteza em termos de acesso e custo de capital e recursos. Embora a abordagem “espere para ver” possa ser vista como o caminho mais fácil, os sinais podem ser previstos se você procurar nos lugares certos, se souber como aproveitar as oportunidades identificadas e se conseguir transformar este exercício em ação.

Mundo afora, a experiência mostra que organizações e executivos bem preparados estão aprendendo a tirar vantagem do ambiente social e político, compreendendo melhor as regras do jogo e reduzindo o risco de serem surpreendidos por mudanças no ambiente. Em um mundo complexo comandado por grandes e controversos líderes, gestores e investidores precisam estar bem equipados e confiantes ao fazer escolhas estratégicas em meio à incerteza e à constante ruptura, e os ganhadores aprenderão a integrar estratégias de mercado e geopolíticas em busca de vantagem competitiva.

Ao final do dia, de forma geral, o investidor profissional não precisa ter partido político.

(\*) - É sócio de estratégia da KPMG.

# Maia defende novo marco legal para combater ‘fake news’

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, defendeu um novo marco legal para combater as notícias reconhecidamente falsas – as chamadas fake news –, em comissão geral no Plenário da Câmara ontem (19)

Maia afirmou que a experiência internacional vem demonstrando que um novo marco legal é necessário. Para ele, o Brasil pode seguir modelo de implantação de conselhos de supervisão dentro das empresas que mantêm as redes sociais, que julgariam reclamações sobre fake news e teriam o poder de retirá-las de forma provisória do ar, até deliberação final do Judiciário.

“A internet não pode ser espaço de vácuo legal, terra sem lei”, opinou.

“Temos que legislar a respeito desse assunto”, concordou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA). “Quem comete crime de produzir fake news tem que ser punido”, disse. Conforme ele, as notícias falsas disseminadas nas redes sociais, são “uma arma destruidora de reputações”. Ele lembrou que a utilização de notícias falsas comprovadamente influenciou as últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos.



Maia defende um novo marco legal para combater as chamadas ‘fake news’.

Ao todo, mais de 20 propostas sobre fake news tramitam na Câmara. Representante da sociedade civil no Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições do TSE, instituído no ano passado, Thiago Tavares afirmou que os projetos em tramitação procuram responsabilizar as plataformas pelas condutas dos usuários

ou criminalizar o cidadão por compartilhar notícias falsas. “Não conseguimos encontrar, porém, um único projeto que atacasse uma das causas do problema, que é o financiamento das notícias falsas como parte de uma estratégia de guerrilha eleitoral”, apontou.

Entre outras iniciativas, Tavares defendeu que as plataformas

na internet informem, por exemplo, quem pagou e quanto pagou para impulsionar conteúdos e que assegurem isonomia na precificação dos anúncios. As eleições de 2018 serão a primeira realizada no Brasil com a permissão para que candidatos, partidos e coligações paguem as redes sociais para impulsionar seus conteúdos (Ag. Câmara).

## Isenção de pagamento de direitos autorais para hotéis e motéis

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado pode votar hoje (20), o projeto que isenta hotéis e motéis do pagamento de direitos autorais. A regra vale apenas para músicas e audiovisuais executados nos quartos dos hóspedes. A autora da proposta é a senadora Ana Amélia (PP-RS). O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), é favorável ao texto, com emendas.

Os parlamentares devem votar também o projeto do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que concede isenção do Imposto de Importação a insumos, máquinas e equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde. Criada em 2009, ela engloba indústrias localizadas nas áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), Macapá, Santana (AP), Guajará-Mirim (RO), Brasília (AC) e Cruzeiro do Sul (AC). A proposta conta com relatório favorável do relator, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A Comissão também pode votar o projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que define os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e prevê a atualização dos limites da região a cada cinco anos. A proposta recebeu relatório favorável do senador José Pimentel (PT-CE).

Outro item na pauta é o projeto da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que destina a trabalhadores da construção civil um percentual de unidades construídas no âmbito do programa “Minha Casa Minha Vida”. A relatora, senadora Regina Sousa (PT-PI), manifestou-se favoravelmente à proposta, mas o senador José Medeiros (Pode-MT) apresentou voto em separado pela rejeição do projeto (Ag. Senado).

## General pede apoio na busca por recursos para o controle de fronteiras

O interventor federal, general Braga Netto, pediu apoio dos deputados no sentido de buscar mais recursos orçamentários para o controle das fronteiras, por onde entram drogas e armas no país. Ele fez um balanço dos primeiros 100 dias da intervenção para os deputados da Comissão Externa sobre a intervenção na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Segundo informações da relatora da comissão, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), o principal legado da intervenção deverá ser uma reorganização das polícias e da administração penitenciária. Ela discorda do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, que sugeriu a prorrogação da intervenção para 2019.

“Eu tenho uma visão de que a intervenção cumprirá o seu papel no dia 31 de dezembro. Depois os novos governos vão saber se articular e fazer uma gestão possível. Não quero que o Rio se transforme no que se transformou o México, que



General Braga Netto fez um balanço dos primeiros 100 dias da intervenção na segurança do Rio de Janeiro.

começou com uma intervenção por um período e depois corre ao longo de mais de dez anos”, disse. A comissão da Câmara, o comando da intervenção informou que os primeiros R\$ 450 milhões do total de R\$ 1,2 bilhão destinado à intervenção estão sendo usados na compra de veículos, coletes, uniformes e material de perícia.

Foi relatado ainda que houve um aumento dos homicídios

doletos em maio deste ano em relação a maio do ano passado, mas uma redução em relação a abril deste ano. Os roubos de cargas e veículos teriam diminuído. Uma dificuldade citada pelo comando da intervenção no Rio de Janeiro é a limitação imposta pelo ajuste fiscal do estado que praticamente inviabiliza concursos e outros tipos de contratações (Ag. Câmara).

## Linha de fomento destina R\$ 1,5 bi a projetos para internet das coisas

O Ministério de Ciência e Tecnologia e a Empresa Brasileira de Inovação e Serviços (Finep) apresentaram ontem (19) uma nova linha de fomento que destinará R\$ 1,5 bilhão a projetos ligados à tecnologia da internet das coisas. A expectativa da Finep é receber pelo menos 300 projetos candidatos ao financiamento. Internet das coisas é a tecnologia que permite a conexão dos mais diversos equipamentos, objetos e máquinas à internet, com o objetivo de otimizar seu funcionamento e fornecer informações mais precisas aos usuários.

A maior parte dos recursos (R\$ 1,1 bilhão) é do caixa da própria Finep e poderá ser usada para projetos de diversos setores. Os outros R\$ 400 milhões são do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funt-



Ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab.

tel) e devem ser destinados a iniciativas dessa área. Para avaliar as condições econômicas dos concorrentes, a Finep estabeleceu um piso de R\$ 16 milhões de receita bruta anual para as empresas candidatas e de R\$ 5 milhões por projeto. O presidente da Finep, Ronal-

do Camargo, acredita que agricultura, mobilidade, energia e saneamento serão os setores com maior número de projetos aprovados. A partir da candidatura, a liberação dos recursos, em caso de aprovação, deverá ocorrer entre 90 e 120 dias. O ministro de Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, afirmou que a ação de fomento é complementar à linha do BNDES, também voltada a projetos de internet das coisas e lançada na semana passada.

“Um é apoiado no outro e o resultado é a somatória de todo o apoio possível para que a gente possa continuar investindo em inovação”, disse Kassab, que também comentou a aprovação do acordo de Recuperação Judicial da Oi na Justiça dos Estados Unidos. Kassab disse que a homologação já era esperada, e a recuperação é um processo lento (ABR).

## Paes nega ter recebido vantagens de empreiteiras

O ex-prefeito do Rio, Eduardo Paes, negou, em depoimento à Justiça Federal, ter recebido vantagens de empresas que trabalharam nas obras das Olimpíadas de 2016. Ele participou, ontem (19), de audiência na 7ª Vara Federal Criminal, como testemunha de defesa do ex-governador Sérgio Cabral. Ele falou no âmbito da operação Unfair Play, um desdobramento da Lava Jato, e negou ter presenciado articulações ilícitas para garantir, no Comitê Olímpico Internacional (COI), a vitória do Rio como sede dos Jogos Olímpicos.

Ao final, o ex-prefeito foi inquirido pelo juiz Marcelo Bretas se teria recebido alguma ajuda das empreiteiras que atuaram nas obras olímpicas, no Brasil ou no exterior. Paes negou que tivesse havido recebimento de ajuda das empresas no exterior, mas disse que precisaria checar suas contas de campanha para saber se houve alguma doação eleitoral. À saída da Justiça Federal, já na calçada, Paes falou com os jornalistas e foi ainda mais enfático quanto a não ter recebido vantagens de empreiteiras.

“Tem certos procedimentos e comportamentos que eu não tenho na vida. Ninguém me ofereceu, até porque se oferecesse,



Ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

levava uma voz de prisão na hora. Tem certos tipos de conversas que eu não tenho e jamais teria”, afirmou Paes. Perguntado sobre delações de executivos da Odebrecht, que apontam doações de campanha em caixa 2, Paes disse que cabe à Justiça e ao Ministério Público apurar.

“Cabe ao Poder Judiciário e ao Ministério Público apurar e a empresa comprovar isso. Eu nego. Todos os valores recebidos nas minhas campanhas foram devidamente declarados. Embora cotado como candidato ao governo do Rio este ano, Paes não confirmou sua candidatura. Agora filiado ao Democratas, depois de sair do MDB, disse apenas que está pensando no assunto (ABR).

## Governo reconhece situação de emergência em 184 cidades

O Ministério da Integração Nacional reconheceu situação de emergência em 184 municípios de sete estados - Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Piauí, Ceará, Goiás e Pará. As listas das cidades estão em portarias publicadas ontem (19) no Diário Oficial da União, sendo a maioria localizada no estado da Paraíba, onde 176 municípios estão em estado de emergência. A medida permite às prefeituras solicitar apoio da União para ações emergenciais.

A medida do governo federal tem vigência por 180 dias. Segundo a pasta, as cidades de Itapicuru (BA), Ibiaí (MG), Paquetá

(PI) e Belém do Piauí (PI), além das 176 cidades paraibanas, obtiveram a medida devido ao prolongado período de seca e estiagem. Já Teresina (PI), Limoeiro do Norte (CE) e Rialma (GO) foram atingidos por enxurradas. Em Terra Santa, no Pará, o reconhecimento se deu por alagamentos decorrentes de fortes chuvas.

O Ministério da Integração coordena apoio emergencial aos municípios. A ajuda inclui a distribuição de kits de assistência humanitária e de água potável, a remoção de famílias em áreas de risco, limpeza de vias públicas e recuperação de áreas da-

nificadas, dentre outras ações. Já regiões afetadas por longos períodos de seca e estiagem, por exemplo, podem ter garantia de abastecimento de água imediato por meio de carros-pipa.

O ministério informou que iniciativas para resposta imediata, como socorro, assistência e restabelecimento de serviços essenciais são tomadas a partir do preenchimento do formulário de solicitação de recursos, por equipes dos municípios ou estados. Para as ações de reconstrução, cada ente federativo deverá apresentar um plano de trabalho (ABR).